

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

17 de março de 2017|Número 041

BOLETIM informativo



FETEC CUT
Centro Norte

Tereza Campello: “O Brasil não pode esquecer a tragédia neoliberal”

Analisar a evolução da pobreza nas últimas décadas é fundamental para prever os resultados danosos das reformas de Temer, diz a ex-ministra

Rodrigo Martins

Se hoje o Brasil tem 80% dos idosos cobertos pela seguridade, no futuro próximo esse percentual pode cair drasticamente, semelhante ao que ocorreu no México, onde apenas 23% dos cidadãos com mais de 65 anos recebe aposentadoria. O alerta é de Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social de Dilma Rousseff.

“A elevação da idade mínima da aposentadoria e do tempo de contribuição vai, naturalmente, jogar uma grande parcela dos idosos no Benefício de Prestação Continuada, o que já acontece com muitos cidadãos que trabalharam a maior parte da vida na informalidade”, diz. Isso não significa, porém, que os mais pobres estarão protegidos.

O BPC é pago a portadores de graves deficiências e a cidadãos com mais de 65 anos que possuem renda inferior a um quarto de salário mínimo. O problema é que o governo Temer pretende aumentar para 70 anos a idade mínima para a concessão do provento.

“Atualmente, o beneficiário usufrui do BPC por seis anos em média, até falecer. Com a mudança proposta por Temer, ele teria apenas um ano, embora seja improvável a sua sobrevivência sem dinheiro para comprar comida ou remédios”, lamenta Campello. “Voltaremos a ver no Brasil legiões de idosos em situação de rua, a exemplo do que ocorre no México. Em qualquer cidade de lá, você se depara com idosos abandonados nas ruas”. Campello ressalta que o Brasil já viveu sob a égide do neoliberalismo, com retrocessos no campo social. Ela atualizou a evolução das linhas da pobreza (renda inferior a 2,5 dólares por dia) e de extrema pobreza (até 1,25 dólar por dia) para um artigo acadêmico em elaboração. O gráfico não deixa dúvidas sobre a pífia atuação do governo FHC, entusiasta do Consenso de Washington, no combate à miséria.

A evolução da pobreza multidimensional também foi atualizada por Campello, hoje pesquisadora da Fiocruz, com base em uma metodologia proposta pelo Banco Mundial, que também considera indicadores educacionais, de saneamento, entre outros. “Só avançamos graças ao fortalecimento da rede de proteção social no Brasil, mas tudo isso está ameaçado pela excludente reforma da Previdência proposta por Temer e pelo estrangulamento de gastos com saúde, educação e assistência social devido ao congelamento dos gastos públicos por 20 anos”, diz a ex-ministra.



CartaCapital: Após congelar os gastos públicos por 20 anos, o governo Temer diz que a reforma da Previdência é imprescindível para reconquistar a confiança dos investidores privados. Tal receituário será capaz de produzir crescimento aliado à inclusão?

Tereza Campello: De forma alguma. Precisamos lembrar que o Brasil já viveu sob a égide do neoliberalismo, e foi desastroso. Esse remédio não apenas não curou o paciente, como piorou a situação do País. O diagnóstico que está sendo feito hoje é idêntico ao dos anos 1990: entende-se que o Estado é grande demais e gasta muito, essa seria a razão da crise.

É uma análise absolutamente equivocada. Cortaram despesas públicas, criaram programas de demissão voluntária, enxugaram a máquina, venderam o patrimônio público para garantir o pagamento das dívidas. Houve um processo de desregulamentação do mercado, porque se dizia que o Estado interferia demais na economia.

Seguimos à risca as medidas propostas pelo Consenso de Washington para a América Latina. Essa receita foi implantada ao longo da década de 1990 e nada do que foi prometido foi entregue. Tivemos um crescimento pífio no Brasil (no governo FHC, a economia nacional cresceu a uma média anual de 2,2%). O bolo não cresceu, e quem era pobre continuou pobre. O País perdeu uma década.

Temer insiste nesse receituário. Reduzir a renda dos mais pobres, achatar o salário mínimo, cortar aposentadorias e benefícios do BPC significa retirar o poder de compra da população, destruir o mercado doméstico. É prejudicial para a indústria, para o comércio, diminui a dinâmica da economia nacional.

CC: O que mudou após a eleição de Lula?

TC: Experimentamos outra receita. O Estado assumiu o seu papel no processo de distribuição de renda. Isso é importante não apenas para os mais pobres, que têm acesso a essa renda, mas para todos. O maior patrimônio do País são os 205 milhões de brasileiros.

Trata-se de um mercado interno poderoso, principalmente em um momento de crise como o de agora, no qual há uma retração da economia mundial, os Estados Unidos se fecham, a China cresce a uma velocidade muito menor do que antes, a Europa também. No governo Lula, a economia cresceu bem mais (média anual de 4%), e isso veio acompanhado de queda sistemática da pobreza e da extrema pobreza.

CC: Muitos atribuem esse feito ao chamado “boom das commodities”, que permitiu ao Brasil crescer e gastar mais graças às exportações.

TC: Isso é balela. Criaram muitos mitos para desmerecer os avanços que tivemos na última década. Primeiro, diziam que a pobreza já vinha caindo no governo FHC. Não é verdade, o gráfico mostra claramente isso. Depois, falavam que a redução era apenas por conta do Bolsa Família, mas os brasileiros saíam da miséria e caíam na pobreza. Também não é verdade. A pobreza caiu mais intensamente do que a extrema pobreza. Não foi só o Bolsa Família. Houve valorização do salário mínimo, aumento da formalização dos trabalhadores e dos microempreendedores, elevação do crédito, fortalecimento agricultura familiar, aumento do número de beneficiários do BPC e da aposentadoria rural. Aí falam do tal “boom das commodities” para desmerecer as iniciativas do governo Lula, dizendo que foi um avanço conjuntural. Com a crise financeira de 2008 e 2009, o valor das commodities despencou. As exportações tiveram uma queda expressiva e mesmo assim a pobreza continuou caindo.

CC: Qual foi o papel do Bolsa Família nesse cenário?

TC: O Bolsa Família veio para fechar o ciclo da proteção social no Brasil, pois se destina a quem está em idade ativa, mas tem uma renda muito baixa, por vezes incerta, são pessoas que vivem na informalidade. Quem não está mais em idade ativa conta com a Previdência ou com o Benefício de Prestação Continuada, destinado a portadores de graves deficiências e idosos em situação de pobreza. Essas pessoas sempre tiveram o direito constitucional de receber ao menos um salário mínimo, e isso está em risco hoje no País.



Artigo

CC: Por quê?

TC: A elevação da idade mínima da aposentadoria e do tempo de contribuição vai, naturalmente, jogar uma grande parcela dos idosos no BPC, o que já acontece com muitos cidadãos que trabalharam a maior parte da vida na informalidade. Só que o governo Temer pretende aumentar para 70 anos a idade mínima para a concessão do provento aos idosos pobres. Atualmente, o beneficiário usufrui do BPC por seis anos em média, até falecer. Com a mudança proposta por Temer, ele teria apenas um ano, embora seja improvável a sua sobrevivência sem dinheiro para comprar comida ou remédios.

Voltaremos a ver no Brasil legiões de idosos em situação de rua, a exemplo do que ocorre no México. Em qualquer cidade de lá, você se depara com idosos abandonados nas ruas.

CC: A pobreza voltou a crescer em 2015, ainda no governo Dilma.

TC: A partir de 2008 o Brasil adotou uma série de medidas anticíclicas. Elas foram bem sucedidas por certo tempo, tanto que resistimos à crise internacional. Houve, porém, uma leitura equivocada de que a crise seria menos duradoura. Acreditava-se que a partir de 2013 ela começaria a arrefecer, mas se manteve nos anos seguintes. Algumas iniciativas, como as desonerações e os subsídios para as empresas, não tiveram o efeito esperado, além de ter impacto negativo nas receitas públicas. Muita gente culpa as despesas sociais pelo déficit de 2015, mas isso não é verdade. Elas não aumentaram. O que houve foi uma queda brutal da arrecadação. Tivemos, sim, um desajuste fiscal. Ele é real. No entanto, a redução dos gastos públicos não cumpriu o objetivo de reduzir o déficit. Sem as medidas anticíclicas, a economia retraiu ainda mais. Aumentamos o nível de desemprego, com impacto nos indicadores de pobreza.

CC: Então o erro de Dilma foi ter apostado na austeridade fiscal?

TC: Deveríamos rever as políticas fiscais de 2015, esse seria o caminho natural do governo Dilma. Quando você lida com a economia, pode mexer em diversas variáveis, como o câmbio, a taxa de juros, o orçamento de cada setor. Vê o que pode melhorar. O cúmulo da burrice é pegar uma receita que não deu certo, o congelamento dos gastos públicos, e colocar isso na Constituição, perenizar por duas décadas, como fez Temer. Apesar da sensível queda na renda da população, com impacto nos indicadores sociais, a pobreza multidimensional continuou no patamar de 1% em 2015. Atualizei a curva desse indicador, com base na metodologia desenvolvida pelo Banco Mundial, que leva em conta dados relacionados à escolarização, acesso à saúde, ao saneamento, entre outros. Isso prova que nossas políticas tiveram enorme êxito. Só avançamos graças ao fortalecimento da rede de proteção social no Brasil, mas tudo isso está ameaçado pela excludente reforma da Previdência proposta por Temer e pelo estrangulamento de gastos com saúde, educação e assistência social devido ao congelamento dos gastos públicos por 20 anos. Fico espantada ao ler notícias sobre "sinais de melhora da economia", enquanto o desemprego avança. Em um País com 200 milhões de habitantes, celebrar a redução do mercado interno, quando o mundo se fecha, é não enxergar um passo além do nariz.

<https://www.cartacapital.com.br/politica/tereza-campello-o-brasil-nao-pode-esquecer-a-tragedia-neoliberal>

Foi exposta a face mais cruel do golpe: a desigualdade volta a crescer

Carlos Fernandes*



O Índice de Gini, que mede o nível de desigualdade social, voltou a subir no Brasil após 22 anos consecutivos entre queda e estabilidade. Em 2016, ano do golpe, o coeficiente atingiu 0,5229, o que representa um aumento de 1,6% em relação ao ano anterior.

Em bom português, o resultado apresentado dessa equação equivale a dizer que pela primeira vez em mais de duas décadas o terrível fosso social que separa a elite brasileira da enorme maioria da população voltou a crescer.

Eis a síntese definitiva do golpe de Estado patrocinado pela plutocracia brasileira sob a hipócrita falácia de combate à corrupção que no final das contas colocou no poder o apogeu da canalha política desse país.

Sejamos francos, seria um consórcio formado por delinquentes como Michel Temer, Aécio Neves, Romero Jucá, Eliseu Padilha, Aluysio Nunes, José Serra, Geddel Vieira e et caterva a salvar esse país da corrupção? Seja como for, essa nunca foi a grande questão. A mídia familiar, a política coronelista e o judiciário partidariado falam tanto em corrupção – sobretudo após a chegada de Lula ao poder – porque foi exatamente neste momento que a verdadeira grande ferida dessa nação começou a ser tratada: a desigualdade social.

Nos últimos treze anos o Brasil despontou como referência mundial em matéria de inclusão social. Nos tornamos um exemplo a ser seguido até pelas principais potências internacionais. O Bolsa Família influenciou programas similares em países como Japão e Finlândia.

Como resultado do combate à desigualdade socioeconômica, conseguimos retirar da miséria um contingente de 36 milhões de pessoas em todo o território nacional. Algo como toda a população do Canadá.

Isso incomodou profundamente a burguesia nacional. Aqui é preciso enfatizar que vem fundamentalmente da desigualdade social a principal fonte de renda dos donos dos meios de produção.

Retirar uma verdadeira legião de mão-de-obra barata e ociosa da reserva de mercado, representa, entre outras coisas, uma perigosa ameaça à manutenção das velhas relações de trabalho.

Não por acaso, mal o novo governo foi formado e suas primeiras ações refletiram-se nos violentos ataques à Consolidação das Leis Trabalhistas e ao direito à aposentadoria do trabalhador que ora enfrentamos.

Soma-se a isso a estratosférica taxa de desempregados sem qualquer previsão de retornar ao mercado de trabalho e finalmente voltamos aos gloriosos anos 90 onde a massa de miseráveis sustentava os privilégios de uma minoria rica e preconceituosa.

Está assim dada a face mais cruel do golpe. Aos envolvidos, meus mais sinceros parabéns.

*Economista

<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/foi-exposta-a-face-mais-cruel-do-golpe-a-desigualdade-volta-a-crescer-por-carlos-fernandes/>

Trabalhadores ocupam as ruas em todo o país para barrar a reforma previdenciária

Paralisações e manifestações envolveram centenas de milhares de trabalhadores, com forte adesão dos bancários da região Centro Norte



Centenas de milhares de trabalhadores participaram nesta quarta-feira 15 de março em todo o país das paralisações e manifestações contra a reforma da previdência do governo Temer e outros ataques aos direitos trabalhistas e conquistas sociais. O Dia Nacional de Paralisações foi convocado pelas centrais sindicais, movimentos sociais e as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo. Seguindo orientação da Fetec-CUT/CN, os bancários da região Centro Norte tiveram participação massiva nas manifestações realizadas nas bases territoriais dos sindicatos filiados.

“Foi o maior ato de protesto realizado pelos trabalhadores até agora contra as iniciativas antitrabalhistas e contra o próprio governo ilegítimo de Michel Temer, uma vez que a palavra de ordem Fora Temer predominou de norte a sul do país”, afirma José Avelino, presidente da Fetec-CUT/CN. “Os bancários do Centro Norte merecem os parabéns pelo papel de destaque que exerceram na convocação e realização das paralisações e manifestações na nossa região.”

Houve paralisações e grandes atos de protesto em todas as capitais e grandes cidades do país, entre elas Brasília, Cuiabá, Rondonópolis e Barra do Garças-MT, Belém-PA, Porto Velho-RO, Campo Grande e Dourados-MS, Rio Branco-AC, Boa Vista-RR, Macapá-AP, Palmas-TO, Goiânia-GO e Manaus-AM. Veja nossa galeria de imagens da Região Centro Norte: <http://www.fetecn.com.br/galeria/dia-nacional-de-paralisacao-contra-as-reformas/>

O Dia Nacional de Paralisações começou com greve de ônibus e metrô em grandes capitais, entre elas São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Fortaleza. Veja aqui como foram os protestos em todo o país: <http://cut.org.br/minuto-a-minuto/15-de-marco-dia-nacional-de-paralisacao-ffcf/>

Mais de 1.500 pessoas ocuparam na madrugada a sede do Ministério da Fazenda, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Participaram da Via Campesina Brasil, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas), MTD (Movimento dos Trabalhadores por Direitos), MLT (Movimento de Luta pela Terra), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e teve o apoio de professores da base do Sinpro/DF e de trabalhadores de diversas categorias da base de sindicatos da CUT, inclusive dos bancários.

A maior manifestação, começou no final da tarde na avenida Paulista, em São Paulo. Veja aqui <http://www.fetecn.com.br/noticia/caiu-a-ficha-ato-na-paulista-fecha-dia-de-mobilizacao-em-sao-paulo/>

<http://www.fetecn.com.br/noticia/trabalhadores-ocupam-as-ruas-em-todo-o-pais-para-barrar-a-reforma-previdenciaria/>

Protestos anti-reforma assustam governo e Congresso

Helena Chagas



Foi maior, muito maior do que imaginavam o governo e a própria oposição o movimento que paralisou transportes e escolas Brasil afora e culminou em manifestações nas principais capitais, destacando-se a reocupação da Paulista pelas forças vermelhas em São Paulo. Haverá, com certeza, guerra de versões em que os organizadores tentarão inflar os números e os governistas irão minimizar seu tamanho. Bobagem. O principal, a esta altura, é avaliar o impacto do 15 de março. É o que todo mundo, inclusive alguns interlocutores de Michel Temer, está fazendo.

Até a mídia, que vem mantendo firme apoio às reformas que o movimento de hoje quer derrubar, abriu espaço para transmissões e flashes ao vivo à medida em que o movimento foi engrossando, à tarde, depois dos incômodos com o trânsito e o fechamento de ruas e escolas pela manhã.

Não há dúvidas de que as manifestações foram significativas e vão repercutir, com a possibilidade de dois efeitos imediatos:

- 1) O temido (pelo governo) efeito cascata, desencadeando outros protestos. Hoje, mobilizaram-se claramente em torno da rejeição à reforma da Previdência, mas o “fora Temer” esteve presente e tornou-se audível em diversos momentos mostrados ao vivo. Para os aliados do presidente, há um risco real nisso.
- 2) O efeito Congresso. A maior preocupação governista hoje é com o impacto das manifestações junto a quem vai votar a reforma da Previdência. Por mais que a base de Temer seja forte e fiel, parlamentares costumam ser extremamente sensíveis às ruas, sobretudo em anos pré-eleitorais. Se, conforme já admitiam aliados do Planalto, o governo ainda não havia garantido a maioria de 308 votos na Câmara para a sua PEC, agora é que vai ficar mais difícil.

A coincidência dos protestos com o momento em que o Planalto e sua base de sustentação, tendo à frente o PMDB e o PSDB, se fragilizam com a divulgação da Lista de Janot versão 2.0, também é ruim para o governo. Por isso, já há quem veja a possibilidade de o Planalto, finalmente, sair do discurso do tudo ou nada e se sentar para negociar mudanças importantes no projeto.

O importante para a governabilidade, a esta altura, é fazer passar alguma reforma, ainda que seja “modéstissima” – palavra usada hoje pelo presidente, possivelmente antes de se inteirar das dimensões do movimento nas ruas.

<https://osdivergentes.com.br/helena-chagas/protestos-anti-reforma-assustam-governo-e-congresso/>



O saque neoliberal do FGTS

Os bancos privados disputam com a Caixa Econômica Federal o destino de 43,6 bilhões de reais das contas inativas do fundo de garantia

Pedro Paulo Zahluth Bastos



O governo Temer coloca muitas esperanças na recuperação da economia em 2017. Sob intensas críticas de inação depois de o impeachment agravar a depressão, Michel Temer anunciou um conjunto de iniciativas em dezembro de 2016, em particular a liberalização dos recursos das contas inativas desde 2015 do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O FGTS é, talvez, o maior fundo de investimento da América Latina: cerca de 500 bilhões de reais de ativos, e patrimônio líquido superior a 100 bilhões. O Fundo de Garantia foi criado em 1966 e começou a operar em janeiro de 1967. O Fundo de Garantia foi formado por depósitos dos empregadores no valor de 8% da folha salarial e podia ser sacado em caso de demissão sem justa causa, compra de casa própria ou problemas de saúde.

Assim, contribuiu na época do "Milagre Econômico" (1967-1973) para a enorme rotatividade de empregos no mercado de trabalho brasileiro, essencial para o que se queria na época: manter o salário dos trabalhadores urbanos muito próximos da subsistência mínima e, ao mesmo, criar uma poupança compulsória que financiaria investimentos.

O FGTS foi administrado até 1986 pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e foi essencial para a construção dos subúrbios de classe média nas grandes cidades brasileiras, central para o crescimento das grandes construtoras, sempre muito próximas do poder público. Os conjuntos populares das Companhias de Habitação (Cohabs), por sua vez, ficavam bem mais distantes dos centros das cidades e tinham uma função precisa: além de hospedar os trabalhadores menos qualificados (inclusive prestadores de serviço das residências nos subúrbios), valorizavam os terrenos desocupados desde os centros das cidades, com grande ganho patrimonial para os bem informados e seus aliados políticos. É essa política que está na raiz da grande horizontalidade e desigualdade nas áreas metropolitanas brasileiras, do enorme custo da infraestrutura urbana, tempo de deslocamento e, em parte, da preferência pelo automóvel individual.

A partir de 1986, o FGTS passou a ser gerenciado pela Caixa Econômica Federal, centralizando recursos dispersos na rede de bancos privados que participava do Sistema Financeiro da Habitação. Os recursos do FGTS são fundamentais para a Caixa, que assume os riscos das operações de crédito e protege o fundo de perda patrimonial. Os investimentos em saneamento e habitação popular dependem desse fundo compulsório e do crédito direcionado pela Caixa e dificilmente seriam atendidos pelos bancos privados.

Tais investimentos dependem também de estados e municípios e, portanto, caem quando uma recessão reduz a arrecadação tributária, e o governo federal, por sua vez, não apenas não compensa as unidades da Federação como também as forças a cortar investimentos para assegurar o pagamento de suas dívidas com a União e contribuir para a austeridade fiscal.

O Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados (Proes, 1997) e a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000 são os instrumentos legais da submissão das finanças de estados e municípios ao governo federal e, em última instância, à pressão dos credores da dívida pública.

A primeira onda de saque neoliberal dos recursos do FGTS veio com o Fundo Mútuo de Privatizações (FMP-FGTS) de 1997, que autorizou o uso de 50% do saldo do Fundo de Garantia para aplicações na Bolsa de Valores.

A Caixa também podia conceder recursos do FGTS para incentivar prefeituras a privatizar serviços de água e saneamento.

Vários economistas neoliberais, notadamente o banqueiro Pérsio Arida, chegaram a propor o leilão dos recursos do FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT, destinado ao seguro desemprego, ao Abono Salarial e aos financiamentos do BNDES) para os bancos privados que oferecessem melhor remuneração, destruindo o sistema público de crédito direcionado.

Em 2007, os recursos do FGTS continuavam a sobrar, mas, felizmente, as prioridades eram outras. Foi criado o Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), autorizado a financiar, além do saneamento, os setores de energia e transportes. O FI-FGTS foi importante para vários empreendimentos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC I), sem risco para o Fundo, dada a garantia da Caixa. Depois veio o Minha Casa Minha Vida.

A nova onda de saque neoliberal dos fundos compulsórios começou recentemente com o FGTS, mas deve seguir em breve para o FAT e o BNDES. Os recursos do Fundo de Garantia sobram não apenas porque o governo federal regula com mão de ferro as finanças das entidades subnacionais, mas deve forçar a privatização das empresas de saneamento no bojo do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Isto foi feito com o Rio de Janeiro: a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) foi imposição para o socorro federal ao estado.

Um relatório do banco de que Arida é sócio, o BTG Pactual ("Saneamento Básico no Brasil - Uma Revolução se Aproxima?"), calcula o negócio da privatização do saneamento entre 20,56 bilhões e 35,67 bilhões de reais. Não vai demorar para que se proponha, como em 1997, o uso do FGTS para incentivar a privatização do que deveria financiar a baixo custo. Como na década de 1990, o resultado provável seria a elevação de tarifas e do custo-Brasil para empresas usuárias, e a queda de salários reais. Os ganhadores são conhecidos.

Enquanto isso, os bancos privados disputam com a Caixa a destinação dos recursos das contas inativas no FGTS: 43,6 bilhões de reais do FGTS acumulados até 2015, quase um 14º salário. É claro que não devem ser usados para construção residencial, pois podiam ser usados assim.

O uso como entrada para crédito de bens de consumo duráveis tampouco será muito estimulado, dado o risco de desemprego e a retração dos bancos, que explicam a queda real de 5,1% do saldo de operações de crédito para pessoas físicas em 2016. O mais provável é que quitem dívidas de consumidores, sobretudo de mais baixa renda. Os correntistas de maior renda, por sua vez, serão objeto de leilão por gestores de fundos privados que aplicam principalmente em títulos públicos com juros elevadíssimos.

É claro que a liberação do FGTS trará algum alívio para trabalhadores endividados, mas não é isso que pode trazer de volta a maravilha do crescimento. O próprio FMI admitiu que o investimento público em infraestrutura tem grandes efeitos multiplicadores sobre a renda privada e, com o tempo, gera recursos tributários que o financiam. Dado o medo que os bancos privados têm de financiar qualquer empreendimento no longo prazo, o crédito direcionado da Caixa e do BNDES seria essencial para nos retirar do círculo vicioso da austeridade. A eficiência macroeconômica, contudo, é o último dos cálculos que passam pela cabeça dos que defendem o saque neoliberal do FGTS.

<https://www.cartacapital.com.br/economia/o-saque-neoliberal-do-fgts>

O mercado engole o BNDES

Como o governo Temer ensaia dismantlar um dos maiores bancos de fomento do mundo

Renan Truffi

Há pelo menos 12 anos, os neoliberais brasileiros retumbam um mantra atraente aos ouvidos do mercado financeiro e de bancos de investimento no País: os empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) afetam a política monetária brasileira, ou seja, contribuem para elevar os juros e a inflação.

Essa tese tem como seu principal expoente o economista Pérsio Arida, ex-presidente do próprio BNDES, do Banco Central e um dos pais dos planos Cruzado e Real. O economista publicou um texto sobre o assunto em 2005, conhecido como “Proposta Arida”, que gerou um intenso debate nos meios econômicos e acadêmicos.

Mas o que era uma proposição controversa começa a ganhar contornos reais na gestão de Michel Temer. Sob o comando do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, o BNDES ensaia passar por uma das mudanças mais profundas de sua história, para privá-lo de vez do papel de indutor do desenvolvimento econômico e social no País.

As mudanças vieram a público pela via midiática no fim do ano. Na véspera do Natal, *O Estado de S. Paulo* noticiou que a equipe econômica estaria estudando alterar a forma de cálculo da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A informação pegou de surpresa até mesmo nomes de expressão do BNDES, como o superintendente de Planejamento da instituição, Fabio Giambiagi, um dos mais ortodoxos neoliberais do banco. Descobriu-se, então, que o tema era tratado por um seleto grupo de diretores sob o comando da presidente Maria Sílvia Bastos Marques.

Houve reação interna. No dia 7 de fevereiro, a Associação de Funcionários do BNDES (AFBNDES) reuniu, no Rio de Janeiro, onde o banco está sediado, cerca de 800 empregados, de um total de 2,8 mil, para discutir o assunto em assembleia.

Do total presente ao encontro, aproximadamente 600 se posicionaram contra a “forma pouco transparente” com que questões tão importantes estavam sendo tratadas pela direção. Foi a primeira vez que funcionários do banco se mobilizaram por conta de um assunto que não envolvesse questões salariais.

A preocupação dos funcionários é de que as mudanças discutidas pela direção desfigurariam os propósitos e a atuação histórica do BNDES, o que se daria, uma vez alterado o cálculo da taxa de juros cobrada das empresas sobre os empréstimos do BNDES, a TJLP.

Atualmente, a TJLP está em 7,5% ao ano. Esse valor é definido trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), tendo como parâmetros a meta de inflação e um prêmio de risco. A ideia é vincular a TJLP à taxa das NTN-Bs, ou títulos públicos atrelados à inflação. Na prática, isso acabaria com o subsídio porque a TJLP tenderia a seguir a taxa Selic, que hoje está em 12,25%.

Essa diferença entre as duas taxas é o que a União paga com recursos próprios, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para incentivar setores estratégicos da economia brasileira, já que não encontrariam outra fonte de financiamento de longo prazo no mercado.

“O BNDES é uma conquista histórica do povo brasileiro. Se democraticamente for compreendido que a instituição deve sair de cena para deixar o setor financeiro privado assumir as funções de promoção de política de desenvolvimento e política industrial, temos de aceitar”, argumenta a AFBNDES em comunicado aos funcionários.

O texto se contorce para não dizer, com todas as letras: se a mudança fosse determinada por um governo democraticamente eleito... “Que se discuta em eleições futuras o que se espera do BNDES, até mesmo a necessidade de sua existência, mas não podemos aceitar que se esvazie uma instituição dessa importância para o Brasil com campanhas de mídia. Temos a convicção de que nenhum candidato a presidente ganhará eleição prometendo dismantlar o BNDES como indutor do desenvolvimento nacional”, conclui o documento.

A repercussão negativa fez com que a presidente Maria Sílvia fizesse um aceno aos funcionários, ao colocar dois diretores do BNDES para apresentar as propostas que estavam sendo discutidas a um grupo de empregados selecionados pela AFBNDES. No encontro, os homens de confiança da presidente disseram que as propostas em debate teriam vindo da Fazenda e em termos ainda mais duros, e que a direção do BNDES conseguira amenizá-los em alguns dos pontos.

O governo, entretanto, já vinha dando sinais nessa direção quando anunciou, no ano passado, que o BNDES devolveria cerca de 100 bilhões de reais ao Tesouro para “melhorar as contas públicas”. A medida foi malvista internamente e criticada por alguns segmentos empresariais.

Uma das consequências de atrelar a TJLP à Selic é o BNDES poder vender créditos de financiamentos para bancos e instituições financeiras privadas, a

chamada securitização. Significa que parte da dívida de empresas com o BNDES, por conta dos financiamentos em curso, seria assumida pelo setor privado, em troca de grana.

Assim, essas instituições financeiras passariam a receber as parcelas restantes desses mesmos financiamentos. A diretoria do BNDES admitiu, inclusive, enxergar no processo de securitização um dos objetivos “positivos” em um e-mail para os funcionários do BNDES.

“As políticas recentemente anunciadas cumprirão um importante papel de garantir uma transição tranquila, nos próximos anos, entre o modelo de atuação do Banco nos últimos anos e o que está sendo proposto para o futuro”, assume a diretoria na mensagem a que *CartaCapital* teve acesso.

Um dos diretores do BNDES à frente dessas mudanças é Claudio Coutinho Mendes, responsável pelas áreas de crédito, financeira e internacional. Nomeado por Maria Sílvia, ele atuava até então em empresas do mercado financeiro.

O conflito de interesses entre os nomeados no governo Temer e suas carreiras de origem é algo já bastante martelado no pouco tempo de gestão do peemedebista. Marcelo Caetano, secretário de Previdência, foi denunciado no Conselho de Ética da Previdência por também fazer parte do conselho de administração da Brasilprev, empresa de previdência privada que poderia ser beneficiada com a mudança na reforma da Previdência.

Outro ponto importante da possível proposta é oferecer aos bancos e instituições financeiras privadas a utilização do FAT. Hoje, 40% dos recursos arrecadados pelo FAT são direcionados ao BNDES e servem como *funding* para os financiamentos da instituição.

Essa é uma das propostas feitas justamente por Pérsio Arida. Em seu texto de 2005, o economista sugere “leilões em que instituições financeiras privadas competiriam pela aplicação dos recursos do FAT ou do FGTS em setores ou atividades pré-selecionados”, exatamente o que o governo Temer se propõe a colocar em prática.

Há rumores ainda de que essas mudanças poderiam ser apresentadas em formato de projeto de lei ao Congresso. Apesar de essas modificações não precisarem de autorização do Congresso, essa seria uma forma de dificultar que novos presidentes conseguissem reverter os rumos do banco.

A estratégia da equipe peemedebista já estava clara com a aprovação de um limite para os gastos públicos, proposta que passou pelo Congresso com o nome de PEC 55, mas que poderia simplesmente ter sido executada pelo governo.

Ainda que essas novidades agradem ao mercado financeiro, o Palácio do Planalto teve de ouvir reclamações de empresários no último encontro do chamado Conselho, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, na última semana. Segundo a *Folha de S. Paulo*, Temer ouviu críticas sobre o tal do “caixa travado” do BNDES. A argumentação teria sido de que o banco precisa ter papel mais ativo na recuperação econômica.

Pela primeira vez, desde 2005, o BNDES desembolou menos de 100 bilhões em um único ano. Foram apenas 88,3 bilhões de reais para projetos de investimento em 2016, ante 136 bilhões de reais em 2015, quando já se registrava queda no montante oferecido ao mercado por conta da crise econômica. Essa insatisfação procede principalmente do setor industrial. E não foi a primeira vez que veio à tona.

Até entidades como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que patrocinaram o impeachment de Dilma Rousseff com direito a pato inflável na Avenida Paulista, agora estariam insatisfeitas com esse movimento do governo federal.

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) também tem se manifestado de forma crítica à proposta. A instituição estudou o assunto e elaborou uma nota técnica em que afirma que a alteração na TJLP, nos moldes que se propõe, aumentaria o custo produtivo em até 4 pontos percentuais, com forte prejuízo para a indústria nacional.

“Comparando com o custo de um equipamento importado, considerando as taxas que são cobradas lá fora, você conseguiria trazer uma máquina industrial para o País e substituir toda a produção nacional. Você vai destruir todo um parque industrial da indústria nacional”, afirma Maria Cristina Zanella, do Departamento de Competitividade, Economia e Estatística da Abimaq. “O BNDES perde a sua função.”

<https://www.cartacapital.com.br/revista/943/o-mercado-engole-o-bndes>

Um novo papel para os sindicatos?

Greves e manifestações em defesa da Previdência podem reacender luta social, nesta quarta. Mas só novo projeto, voltado ao conjunto dos “de baixo” reanimará ação trabalhista

Pedro Otoni

A agenda legislativa do consórcio golpista tem tramitado sem maiores contratempos no cenário parlamentar. As ruas, mesmo com a digna oposição de boa parte dos movimentos sociais, não lograram, pelo menos até o momento, estabelecer uma linha de resistência eficaz contra a retirada sistemática e rápida de direitos. Quais são as razões que levam a um governo visivelmente sem futuro e com esquilão nível de popularidade atingir sucesso em seus objetivos? Por que a parcela principal do povo ainda permanece apática ao chamado da esquerda para a mobilização em defesa do patrimônio público e dos direitos sociais perdidos ou em risco? Creio que cada militante do país é assombrado por estas questões-pesadelo. Na dimensão das lideranças, organizações populares e sindicatos, sempre há alguma tentativa de resposta, muitas vezes construídas como justificativa da impotência e não como uma interpretação informada das forças e variáveis que interferem e dão forma ao momento presente. O resultado é que além das derrotas que se acumulam, não conseguimos, enquanto a maioria do povo e suas organizações, devolver uma interpretação sobre os motivos que nos levam aos sucessivos fracassos, por consequência, não aprendemos com o que está se passando.

Trato a seguir, não exaustivamente, de um aspecto que parece possuir valor analítico diante das questões apresentadas. Vejamos.

Parto do pressuposto que todo chamado político deve possuir uma base social a qual se dirige. Esta, por sua vez, para responder ao apelo, necessita de um horizonte de expectativas propício ao seu recebimento e engajamento prático.

A retirada de direitos promovida pelos feitores da Casa Grande afeta a maioria do povo, porém por formas e com intensidades variadas. Isso porque as classes subalternas são heterogêneas, necessário assim levar em conta diferentes situações concretas de classe, que objetivamente interferem no repertório cognitivo e de aspirações de vida de setores sociais subalternizados. Um trabalhador assalariado de uma montadora de automóveis ou do setor de pesquisa de um laboratório de fármacos terá uma situação objetiva de vida muito menos grave do que um assalariado de uma empresa de telemarketing, mesmo sendo ambos assalariados e explorados. O abismo se abre ainda mais, ao confrontar a vida de trabalhadores informais e formais precarizados (temporários, por exemplo) com a dos trabalhadores sob regime estatutário (servidores públicos) e celetistas com contrato por tempo indeterminado.

Estas estratificações separam grandes contingentes; segundo dados do IBGE, aproximadamente 40% da população economicamente ativa (PEA) recebem de 0 a 2 salários mínimos, outros 30% de 1 a 2 salários mínimos (IBGE, 2010), são camadas majoritárias do povo que vivem imersas no reino das urgências mais elementares. Para estes setores – compostos por trabalhadores formais precarizados, informais, trabalhadores rurais – a aposentadoria, por exemplo, não possui o mesmo significado do que para os demais 20% da classe trabalhadora com maior rendimento.

Se para um funcionário público aposentar-se é a contrapartida pelos serviços prestados (o descanso merecido); para o andar de baixo da classe trabalhadora é um aporte importante de rendimento, mas não significa o fim da vida laboral, nem mesmo sua atenuação. Os informais (trabalhadores por conta própria), sequer possuem a aposentadoria como um acontecimento tangível. Somente este fato, já altera significativamente a forma que os diferentes estratos da classe trabalhadora tomam o chamado de luta contra a Reforma da Previdência de Temer. O senso comum de grande parte dos trabalhadores acredita, por exemplo, que o fim do regime estatutário dos funcionários públicos e sua equiparação aos celetistas na aposentação é uma ato de justiça, de “retirada de privilégios”, e não um ataque à parte da classe trabalhadora que está tendo conquistas retiradas. Por sua vez, não esteve na pauta das principais categorias da carreira pública a luta pela expansão dos seus direitos – benefícios, estabilidade, aposentadoria integral, etc. – para o conjunto da classe trabalhadora.

Mesmo diante do exposto, a questão previdenciária é uma das pautas com maior capacidade de agregação das diferentes camadas da classe trabalhadora. Se utilizarmos o exemplo dos projetos relativos à liberação da terceirização de trabalhadores/as nas atividades fins das empresas – PL 30/2015 no Senado e PL 4302/1998 na CCJ da Câmara dos Deputados – o hiato entre setores da classe assalariada aumenta bruscamente. Os contingentes terceirizados, por sua vez mais precarizados entre os trabalhadores formais, reivindicam uma legislação mais definida em relação a sua atividade laboral e por esta razão não se opõe aos projetos em tramitação indicados. Não dão a devida atenção sobre os efeitos mais gerais pretendidos por estes projetos de lei: que implicam em retirar direitos dos não terceirizados, ou seja, terceirizar (e também precarizar) parcelas de assalariados lotados nas atividades fins das empresas.

O PL 4302/1998, um projeto de iniciativa do governo de FHC até então congelado na Câmara – é particularmente nocivo. Neste PL, o caráter “extraordinário” dos contratos temporários (contratos estes sempre mais precários do que as outras modalidades) é retirado, abrindo a possibilidade para que todo o contrato de trabalho seja na prática, um contrato temporário. Além disso, o PL 4302/98 expande a terceirização para entidades da administração pública, algo retirado do PL 30/2015. Por estas razões, o governo golpista aposta na aprovação do PL 4302/1998, por ser mais radical em seu conteúdo e mais avançado em sua tramitação, pois já foi aprovado no Senado e basta ser colocado em votação na Câmara para ser enviado à sanção da Presidência da República. O futuro próximo da maioria da classe trabalhadora pode ser marcado por contratos de trabalho temporários, precários e terceirizado; desafortunadamente, este futuro já é a rotina de 27% dos assalariados formais em todo o Brasil, ou seja, 12 milhões de pessoas, segundo o Dieese.

As diferenças entre setores das classes subalternas se expressam ainda nas formas e abordagem organizativas das categorias. A alta rotatividade nos postos de trabalho, os baixos salários, a segregação social e os precários níveis de escolarização do andar de baixo da classe trabalhadora interferem de maneira substancial no nível de sindicalização e na qualidade dos seus sindicatos, muitas vezes restritos a uma visão miúda e corporativa (quando muito) de sua função. O andar de cima, por sua vez, geralmente atinge melhores níveis de sindicalização, mas por razões também de ordem prática, e notadamente imediatista em sua maioria, se limitam ao corporativismo, a disputa entre carreiras (às vezes dentro de um mesmo ramo). Segundo estudo realizado pelo IPEA (IPEA, 2016), o país têm 10.817 sindicatos de trabalhadores, sendo que 50,1% das entidades tem base territorial restrita a um município, outros 30,3% a um pequeno número de município. A taxa de sindicalização de trabalhadores

no Brasil é de 16,2%. Os servidores públicos chegam 36, 8% de sindicalização, uma realidade diferente dos demais estratos como os celetistas do setor privado (20,3%), trabalhadores por conta própria (11,8%) e assalariados não registrados (6,2%); em contrapartida, os trabalhadores e trabalhadoras rurais atingem uma taxa de 22,7%, devido à relação entre sindicalização e acesso à seguridade especial para este setor. Em termos numéricos, a base dos sindicatos brasileiros possui 107,2 milhões de trabalhadores/as (praticamente metade da população do país), no entanto apenas 17,3 milhões estão sindicalizados (um pouco mais do que a população do estado do Rio de Janeiro).

De acordo com os dados apresentados, o sindicalismo no Brasil é pulverizado territorialmente e restrito em termos de engajamento das suas bases. A ideia de representação é uma ilusão perigosa, o vínculo orgânico é baixo às instituições sindicais e o contingente da base não é mobilizável com a agilidade necessária para se constituir como força material e prática. nas lutas. Sendo assim, não faz sentido, para os interesses estratégicos “dos debaixo” que o seu sindicalismo se restrinja a representação das categorias, mas que se perceba como instrumento da classe e do povo, o que é qualitativamente diferente.

O problema específico não está apenas na fragmentação das situações concretas de reprodução de cada camada das classes subalternas, mas na ausência de uma tecnologia política que atue nas partes, e as ultrapasse. Isso requer por sinal, uma vontade coletiva e organizada imbuída de esforço da superação comprometido, para além da retórica enfadonha dos clichês.

A solidariedade de classe não pode ser um jargão inútil, mas um princípio que determina condutas práticas. Isso significa, a título de exemplo, que a razoável estrutura sindical brasileira deve estar a serviço da classe e não apenas das categorias. A divisão de trabalho político entre centrais (que atuariam no geral) e sindicatos (que atuariam no específico) é no final das contas burocrática, conservadora e ineficaz. As portas das sedes sindicais, que estão espalhadas por todo o país, devem estar abertas para o povo trabalhador, não apenas para a pequena fração que formalmente representa. Significa que o trabalho de base deve ganhar os bairros, deve se importar menos com a ideia de “representação” e mais com a noção “de Projeto” de contorno geral.

Quanto ao “Projeto de contorno geral” ao qual me refiro, indica que as classes subalternizadas em algum momento dará consequência prática ao que já está na ordem do dia: constituir apostas estratégicas de disputa do poder. Significa orientar a questão nacional no sentido de responder às demandas da maioria do povo. Ou seja, uma proposta que unifique “os debaixo” – trabalhadores assalariados (formalizados ou não), trabalhadores por conta própria (rurais e urbanos), profissionais liberais e o empresariado popular (proprietários de pequenos negócios, por ex. a padaria, o salão de beleza, a quitanda) – em uma perspectiva de combate à Casa Grande (os 1% da população que detém 60% da riqueza brasileira), e em particular o estado-maior dos capitalistas atuais, os conselhos de administração dos bancos. Neste sentido, trata-se de um projeto que pode assumir diferentes matizes e nomes, mas que em seu eixo articulador está a perspectiva de desconcentrar a riqueza, o poder político e os aparatos midiáticos e culturais.

Alguém poderia objetar estas proposições, afirmando que esta leitura não condiz com a situação atual da consciência das lideranças sindicais, e, portanto seria inútil cobrar aquilo que eles não podem oferecer: a leitura de Projeto. Há uma parte de verdade nisso, mas o que resta falso nesta posição é considerar a cognição das pessoas como algo estático. A história está se movendo, os direitos estão sendo retirados e a nossa vida já está piorando, a própria viabilidade sindical está em risco. Expandir o horizonte cognitivo e se abrir para outras possibilidades de ação política são questões relacionadas à sobrevivência, e não uma mera escolha “ideológica”.

Enquanto as lideranças populares e sindicais reclamam da sua miséria, outro projeto ganha espaço nas classes subalternas.

O fascismo, transvestido de fundamentalismo neopentecostal e carismático católico, é ousado. Suas igrejas estão espalhadas em cada bairro do país, de portas abertas para qualquer pessoa; realizando atividades (“cultos”) cotidianamente operando o trabalho ideológico. O fascismo está a ocupar o espaço, reivindica para si a causa “dos debaixo”. Retiradas todas as cascas morais e espirituais, o que faz de fato é disputar hegemonia. Usa todos os recursos que dispõe a favor de uma estratégia de poder criativa e arrojada. Ele não pretende permanecer como minoria por muito mais tempo. A diferença de ímpeto moral entre o fascismo religioso e as forças populares e de esquerda é evidente. Enquanto os sindicatos fecham as portas à noite, uma nova igreja é inaugurada a cada duas horas.

Quem está, de fato, dando uma resposta prática para uma questão política?

Por fim, apresento o relato de um caso ilustrativo que pode nos dar alguma esperança.

Recentemente estava reunido com um conjunto de lideranças sindicais e comentava sobre estas questões que apresentei acima. Depois de ouvir, com interesse meus argumentos um dos participantes me perguntou:

– “É aí? Concorde com você. Mas o que eu faço então?”.

Então, arrisquei lhe respondendo: *“Olha companheiro. Você poderia montar uma turma de EJA (Educação de Jovens e Adultos) na sede do seu sindicato à noite.”*

Ele, curioso, retrucou: *“Mas para quê?”*.

Então completei: *“Se metade dos sindicatos no Brasil tivesse uma turma de EJA com 15 educandos/as cada, já seria 75 mil pessoas, todas as noites, ouvindo sobre outra proposta de sociedade e se educando de uma maneira diferente. Isso é ainda insuficiente, mas já é um bom começo não é mesmo?”*

Ele concordou. Poucos dias depois fiquei sabendo que ele estava propondo isso na direção do sindicato em que é diretor.

*Cientista político e educador popular

<http://outraspalavras.net/brasil/um-novo-papel-para-os-sindicatos/>

COBERTURA COMPLETA
VISITA A OBRA DA TRANSPOSIÇÃO



AGENDA MONTEIRO-PB
DOM | 19 DE MARÇO

11:00HS EM MONTEIRO
PLANTIO DE ÁRVORES AS MARGENS DA OBRA DA TRANSPOSIÇÃO

12:00HS EM MONTEIRO
CAMINHADA ATÉ O CENTRO DA CIDADE

12:30HS EM MONTEIRO
ATO POLÍTICO COM PRESENÇA DE VÁRIAS LIDERANÇAS

Ciclo de Debates



Democracia e Fortalecimento do Projeto Político - Organizativo da CUT

21 e 22 de março | Auditório da CNTE
SDS Ed. Venâncio III - Asa Sul DF

Inscrições:
até dia 17 de março pelo email: sops@cutbrasil.org.br
WhatsApp (61) 99944-2858 ou 99944-2853

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

- 1º Módulo I** – Concepção de educação na vida, no trabalho e no movimento Sindical.
2º Módulo II – Tipos de escola e pensadores da educação
3º Módulo III – Educação popular e a estratégia da CUT.
4º Módulo IV – Organização da rede de formação da CUT na região.

Datas

- 1º Módulo** 22 a 24 de março/2017
2º Módulo 18 a 20 de abril/2017
3º Módulo 16 a 18 de maio/2017
4º Módulo 20 a 22 de junho/2017



Público Alvo:

O curso será dirigido para um total de 35 participantes, sendo 6 vagas para cada Estado e 5 vagas para os Ramos da Região Centro Oeste, obedecendo rigorosamente os seguintes critérios:
 Os/as Participantes que obrigatoriamente tenham feito ORSB ou curso similar, ou ter participado de algum curso de formação promovido pela ECO/CUT;
 Compromisso do/a participante e da entidade sindical que o inscreveu para atuar como formador/a militante na Rede Estadual de Formação do seu respectivo Estado.

Inscrições: ecocut@ecocut.org.br; elbbya@ecocut.org.br



Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Conferencia Livre da Promoção da Igualdade Racial

24 de março
 Auditório da CUT
 09h00
 Para debater as propostas da Central para a IV CONAPIR

Curso de Formação ORSB

23, 24 e 25 de março | Na sede do Sindicato dos Bancários



Secretaria de Formação

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



SUA
**APOSENTADORIA
VAI ACABAR!**

REAJA AGORA OU MORRA TRABALHANDO!

PREVIDÊNCIA: Seu direito está em risco

FORMAÇÃO PARA AÇÃO EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA

O 15 de março deixou evidente para a sociedade que não aceitaremos o fim da nossa aposentadoria. Agora é o momento de fortalecer nossa luta, formando mais e mais nossas companheiras e companheiros para esse importante debate. Conheça o Programa Especial de Formação em Previdência, acesse:

www.reajaagora.org.br/formacao



A Secretaria Nacional de Formação da CUT acaba de disponibilizar material didático para auxiliar na realização de atividades formativas na luta contra a Reforma da Previdência.

Na proposta pedagógica estão contidas quatro possibilidades de realização:

1. Atividade de 2 dias (16h)
2. Atividade de 1 dia (8h)
3. Atividade de ½ período (4h)
4. Atividade de 1 hora (ideal para anteceder uma assembléia, por exemplo)

Trata-se de uma proposta de atividade em que evidentemente foram necessárias fazer escolhas e recortes diante da complexidade do tema. Os temas centrais estão contidos. Toda e qualquer sugestão/adaptações frente a realidade e especificidade de cada categoria será muito bem-vinda e deve ser incorporada.

O roteiro da atividade e os materiais didáticos poderão ser acessados através do HOTSITE (página da campanha): reajaagora.org.br/formacao



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Contra o fim da aposentadoria

Se você não lutar, sua aposentadoria vai acabar!

10h - Mesa 01

Patrícia Pelatieri
Pesquisadora do DIESE

Eduardo Fagnani
Professor de Economia
da UNICAMP

Vagner Freitas
Presidente da CUT -
Nacional

Warley Martins Gonçalves
Presidente da COBAP

14h - Mesa 02

Carlos Eduardo Gabas
Ex-Ministro da previdência
social no gov. Dilma

José Mentor
Deputado Federal (PT-SP)
membro da comissão da
reforma da previdência

Luis Nassif
Jornalista - Blog do Nassif

Rafael Marques
Presidente do Sindicato
dos Metalúrgicos do ABC

22/03
das 10h às 18h
ALESP (auditório Paulo Kobayashi)
Iniciativa: Liderança do PT



FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CRÉDITO DO CENTRO NORTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 10º CONGRESSO ORDINÁRIO DA FETEC-CUT/CN

O presidente da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte - FETEC-CUT/CN, CNPJ 33.710.419/0001-96, sito na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 2.254 - Ed. American Business Center, Sala 1209, Bairro Jardim Aclimação, CEP 78050-000, Cuiabá - MT, de acordo com o artigo 18, § 1º do Estatuto Social, convoca os Sindicatos Filiados para elegerem delegados e na data prevista participarem do 10º Congresso Ordinário da FETEC-CUT/CN, a ser realizado nos dias 17, 18 e 19 de abril de 2017, no auditório do Paiaguás Palace Hotel, sito na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1.718, Bairro Bosque da Saúde, CEP: 78050-000, Cuiabá - MT, com início previsto para as 13h00min em primeira convocação e às 13h30min em segunda e última convocação do dia 17 de abril de 2017, quando estarão em discussão e deliberação as seguintes pautas: 1) - Aprovação do Regimento Interno do 10º Congresso; 2) - Balanço da Federação; 3) - Conjuntura; 4) - Alteração Estatutária; 5) - Plano de Ação; 6) - Eleição do Sistema Diretivo. Os Critérios de participação no Congresso são os aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada nos dias 29 e 30 de novembro e 01 de dezembro de 2016, os quais deverão ser observados pelos sindicatos.

Cuiabá MT, 15 de março de 2017.
JOSÉ AVELINO BARRETO NETO



PLATAFORMA OPERÁRIA E CAMPONESA PARA A ENERGIA

SEMINÁRIO NACIONAL:
BASES E DESAFIOS PARA A LUTA POPULAR NA ENERGIA
07 e 08 de abril

Centro de Formação Sagrada Família, Rua Padre Marchetti, 237 - Ipiranga - São Paulo/SP

Inscrições até 25 de março:
energiaplataforma@gmail.com



BOLETIM inFORMATIVO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Clever Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretária da Mulher

Rose Lidyane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os sateré-mawé, por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.

Boletim Informativo da Secretaria de Formação FETEC-CUT/Centro Norte

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 – Bairro Jardim
Aclimação – Cuiabá – MT
Fone: (65) 3363 6600

E-mail: tuxaua@feteccn.com.br

